



Educação para a cidadania: direitos fundamentais, emancipação e participação social

Ciências Humanas – Educação – Pesquisa

Universidade Federal de Viçosa

Bárbara Cristina Aniceto – Graduada em Direito, UFV – barbara.aniceto@ufv.br; **Cristiane Aparecida Baquim** – Professora do DPE, UFV – cristiane.baquim@ufv.br

Palavras-chave: Educação, Cidadania, Direitos Fundamentais

Introdução

A pesquisa em tela surgiu a partir da vivência em um projeto de extensão que apresenta temáticas da área do Direito de maneira acessível a alunos da rede pública do município de Viçosa/MG. Diante disso, foi constatado que, nas escolas atendidas, os alunos não desenvolviam o senso crítico e cidadão necessário para exercer seus direitos de maneira ativa, participando das decisões políticas e dando sua contribuição social. Dessa forma, sabendo que a educação é um direito social fundante da cidadania (CURRY, 2000) buscou-se entender a relação entre este direito e o exercício dos demais direitos fundamentais, verificando se os alunos da rede pública da cidade conseguem desenvolver a sua cidadania através da educação.

Objetivos

Este trabalho tem por objetivo analisar o papel da educação pública enquanto formadora de cidadãos conscientes dos direitos fundamentais e engajados na participação ativa das decisões sociais.

Material e Métodos

Como metodologia, partiu-se da construção de um referencial teórico que abarcasse os conceitos básicos trabalhados na pesquisa, tais como o conceito de cidadania e educação para cidadania, a partir da análise de textos e da legislação brasileira pertinente. Partindo para a parte prática da pesquisa que contém um caráter qualitativo com revisão bibliográfica e documental (legislação e Projetos Políticos Pedagógicos de duas escolas públicas de Viçosa/MG), além da realização de entrevistas semiestruturadas com as direções das escolas e alunos, utilizando o método analítico-dedutivo para embasar a análise de dados.

Resultados e Discussão

Como resultados, aferiu-se que as escolas nas quais a pesquisa foi realizada se preocupam com a educação para a cidadania e os seus respectivos Projetos Políticos Pedagógicos seguem a legislação no que concerne a esta temática, porém a estrutura destas escolas e os projetos nelas desenvolvidos nem sempre se adequam a formação dos estudantes para a cidadania, apesar do estabelecido em lei. Além disso, a maior parte dos estudantes que responderam os questionários relataram que não possuem acesso adequado a pelo menos um direito fundamental, sendo o acesso à saúde o mais citado entre eles. De maneira que conseguimos perceber que o acesso à educação não vem cumprindo seu papel de maneira ideal.

Conclusões

Com tudo isso, o que se conclui é que, por mais que a legislação assegure ao indivíduo a formação para cidadania e o consequente acesso aos demais direitos fundamentais, a realidade nas escolas pesquisadas é marcada pela falta de estrutura e investimento adequado para que isto se concretize, ainda que possuam internamente diretrizes expressas que tratem sobre o desenvolvimento da cidadania através da educação no ambiente escolar.

Bibliografia

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 dez 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. São Paulo: DP&A, 2000.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Apoio Financeiro



PPG Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Agradecimentos



PPG Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação